



1 CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL

2 URC LESTE MINEIRO

3 ÍNTEGRA DA ATA DA 84ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 24/09/2012

4 Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – muito boa tarde senhoras e
5 senhores, vamos dar início a 84ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada do Leste
6 Mineiro, nessa data de 24 de setembro de 2012 com a execução do Hino Nacional Brasileiro.
7 Mais uma vez boa tarde a todos e a todas, é com satisfação que eu retorno a Governador
8 Valadares mais uma vez para presidir uma reunião dessa Unidade Regional Colegiada, trago
9 mais uma vez o abraço do nosso secretário de estado, Dr. Adriano Magalhães Chaves e do
10 presidente dessa Unidade Regional Colegiada, nosso secretário-adjunto Dr. Danilo Vieira Junior,
11 uma reunião em que nós teremos um momento importante com uma apresentação do Conselho
12 Estadual de Assistência Social, assim como nós fizemos na Zona da Mata a cerca de um mês, a
13 Maria Helena convidou o CEAS para estar aqui presente, considerando o grande número de
14 processos de regularização de licenciamento de empreendimentos hidrelétricos da região, (*falhas*
15 *na gravação*) muito bem elaboradas, construídas, integradas, pra que nós possamos ter de fato e
16 efetivamente uma articulação entre essas duas esferas, entre esses dois espaços de discussão, de
17 deliberação tão importantes como o Conselho Estadual de Política Ambiental e o Conselho
18 Estadual de Assistência Social, muitas vezes nós percebemos que há uma certa indefinição com
19 relação aos limites de atuação de um e de outro e essa apresentação tem esse objetivo, de trazer
20 informações, de abrir um canal de interlocução permanente, constante entre os dois órgãos
21 deliberativos, com essa rápida explanação eu paço aí ao **Item 3, comunicado dos conselheiros**,
22 está aberta a palavra. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – a cerca dessa questão né, do
23 Conselho de Assistência Social que eu acho realmente muito interessante que a gente tenha um
24 diálogo mais próximo, mais intenso, eu só queria mencionar uma, dar um informe né, eu acabo
25 de vir de um evento em Brasília aonde se discutiu a atuação com relação a procedimentos de
26 empreendimentos hidrelétricos, licenciamentos de hidrelétricas, esse evento ele foi realizado na
27 escola superior do Ministério Público da União, em parceria com a rede Latino Americana de
28 Ministério Público, porque essa questão de hidrelétricas ela vem, ela vem demandando a atuação
29 de Ministérios Públicos também dos países vizinhos, especialmente na região Amazônica, há
30 muitos empreendimentos hidrelétricos projetados para aquela região e depois da amazônica
31 Minas Gerais, nós somos o outro grande estado de empreendimentos hidrelétricos e lá se discutia
32 os impactos e as questões relativas a esse tipo de empreendimentos e aos licenciamentos, eu
33 pude perceber justamente essa crítica a cerca de não se examinar adequadamente na visão de
34 muitos que estavam presentes lá a situação sobre o enfoque sócio-ambiental, acaba que os órgãos
35 ambientais eles ficam muito focalizados e as vezes não é nem questão de foco, mas até uma
36 questão de capacitação, de condições de trabalho né, na questão de ambiente natural, e a questão
37 socioeconômica, os impactos socioeconômicos desses empreendimentos acaba ficando relegados
38 a um segundo plano, e esses impactos eles são muito expressivos, nesse tipo de empreendimento
39 especialmente naqueles empreendimentos localizados na região amazônica que são
40 empreendimentos gigantescos em áreas absolutamente remotas né, do país em que você tem de
41 fato deslocar muita gente para um local que não havia nada ou havia pequenos povoados e tem
42 que retirar também as populações adicionais desses locais ne, índios, quilombolas, outras
43 populações tradicionais, então essa foi uma percepção geral de todas as pessoas que estavam lá
44 nesse encontro, a preocupação com relação a esse tipo de empreendimento, inclusive nessa
45 reunião também pra situar aqui os colegas do conselho, foi discutida a atuação da comissão de
46 direitos humanos e da corte a Comissão Interamericana de direitos humanos e da corte
47 Interamericana de direitos humanos da OEA, que no caso de Belo Monte houve uma reclamação



48 junto a corte né, e ela até notificou o governo brasileiro a adotar determinadas posturas,
49 determinadas cautelas e posteriormente essa a corte retrocedeu pouco até porque o governo
50 brasileiro reagiu de maneira muito forte a essa crítica retirando o embaixador dele, e retirando
51 todo o apoio que ele dava ao funcionamento da corte, mas lá nós tivemos colegas da Colômbia,
52 do Chile e da Argentina relatando a experiência né, com relação a esse tipo de planejamento de
53 hidrelétricos e com relação a esse tipo de impacto sócio-ambiental, e eu tive a oportunidade de
54 me manifestar lá, de participar e mencionei que na Constituição do estado de Minas nós temos
55 um dispositivo específico tratando dessa questão, temos uma lei também que é essa justamente
56 que atrela a aprovação, apresentação, aprovação e a implementação do Plano de Assistência
57 Social, atrela a esse atividade do Conselho de Assistência Social com o Conselho de Política
58 Ambiental, que eu vejo como sendo uma coisa muito boa, muito interessante e tudo mais,
59 embora essa separação acabe agravando por outro lado essa falta de análise no contexto
60 ambiental das questões sociais né, então sem prejuízo da atuação do conselho de assistência
61 social, estou dizendo já a muito tempo, a muitas reuniões eu acho que nós do Conselho de
62 Política Ambiental não podemos jamais nos esquecermos de analisar a fundo detidamente a
63 questão socioeconômica, os impactos socioeconômicos né, eles fazem parte da nossa atuação,
64 embora talvez tenhamos menos estrutura e menos condições de fazer-lo que os colegas no
65 Conselho de Assistência Social, eu não tenho a menor dúvida de que os impactos
66 socioeconômicos são impactos ambientais né, são espécies dos impactos, gêneros dos impactos
67 ambientais, então essa é a nossa observação, obrigado. Leonardo Sorbliny Schuchter,
68 Superintendente Zona da Mata – ok conselheiro, obrigado, não havendo mais nenhum
69 comunicado, eu passo então ao item 4, apresentação do Conselho Estadual de Assistência Social
70 de Minas Gerais, CEAS, peço ao nosso companheiro do CEAS que venha até aqui, se apresente,
71 eu passo a palavra ao senhor. Wolnei, representante do CEAS - boa tarde a todos, em nome do
72 Conselho Estadual de Assistência Social nós agradecemos o convite por essa interlocução, o
73 nosso fazer tem muito com o fazer de vocês, o fazer de vocês tem muito com o nosso fazer ta,
74 represento a sociedade civil, a categoria de trabalhadores, representando a categoria de
75 psicólogos, dentro do Conselho Estadual de Assistência Social. Quero aproveitar o momento e
76 apresentar pra vocês também o nosso representante que é conselheiro do Conselho Regional de
77 Psicologia pra Zona Leste aqui, senhor Marcos Macedo que se encontra aqui, por favor, Marcos,
78 é, estou vindo de São Paulo pelos nossos 50 anos de profissão, a gente fez um grande evento em
79 São Paulo e nós das psicologias, da psicologia somos grandes construtores do processo
80 democrático deste país, já somos 240 mil profissionais, dos quais 36 mil no estado de Minas
81 Gerais e 65% da nossa categoria inseridos nas políticas públicas, ou seja, pela não violação de
82 direitos humanos, essa é a nossa pauta tá gente, então vou apresentar pra vocês aqui e quais
83 dúvidas a gente vai discorrendo aí. Bom, o Conselho Estadual de Assistência Social é um órgão
84 autônomo e de deliberação colegiada, ele foi instituído pela lei estadual 12.262 de julho de 96, de
85 caráter permanente, temos uma composição paritária entre governo, estado, municípios e
86 conselhos municipais de assistência social, seria importantíssimo que o conselho municipal de
87 assistência estivesse presente aqui, não sei, nós enviamos o convite pra que ele estivesse presente
88 aqui, e vocês vão ver que ao longo do licenciamento o quanto é importante a presença do
89 conselho municipal de assistência social a estar a par dos licenciamentos que virão, então nós
90 somos 20 conselheiros titulares e 20 suplentes, nós somos vinculados administrativamente à
91 SEDESE e nós temos por competência a principio de aprovar, acompanhar, monitorar, avaliar e
92 exercer o controle social da política estadual de assistência social. As nossas deliberações elas
93 são publicizadas por meios de resoluções, salvo questões de encaminhamentos administrativos,
94 nós precisamos de um quorum pra aprovação de dois terço de conselheiros para matérias
95 relativas ao orçamento, financiamento e regimento interno que é igual a maioria dos presentes
96 mais um pras demais matérias. Paz-barragem, nós temos um respaldo legal né, uma nova



97 atribuição dada ao CEAS em 1998, é o único estado do Brasil que mantêm essa legislação que
98 está preocupada com as comunidades que serão atingidas pelos licenciamentos aí de barragem, e
99 nós agora estamos querendo ampliar esse licenciamento, a gente está escrevendo um anti-projeto
100 aí pras comunidades atingidas pelos canaviais e pelas mineradoras, que a gente percebe né, as
101 grandes atrocidades que são feitas, as grandes violações de direitos nessas comunidades né,
102 desses segmentos econômicos aí, nós temos que mandar isso pra Assembléia pra gente ter uma
103 aprovação dessa nova legislação. Nós estamos regulamentas pelo parágrafo 1, artigo 194
104 constituições estaduais, seção 2 da assistência social, parágrafo único, o estado promoverá o
105 plano de assistente social com as populações de áreas inundadas por reservatórios, como todos
106 sabem, em Minas Gerais, em função do seu grande potencial hídrico né, existe aí uma
107 perspectiva da construção de 365 pequenas barragens no estado de Minas Gerais, essas barragens
108 como todos sabem elas vem pra realimentar o sistema nacional, então a lei 12.812/98 ela foi
109 alterada pela lei 15.012/2004 e regulamentou o parágrafo único, o estado prestará uma
110 assistência social às populações de áreas inundadas por reservatório destinado ao aproveitamento
111 econômico de recursos hídricos sem prejuízo da assistente social assegurada pela legislação em
112 vigor soma-se a política de assistência social. A quem se destina a assistência social nesse caso
113 específico? Aos que habitam em imóvel rural ou urbano desapropriado, aos que no imóvel
114 exerçam qualquer atividade econômica, comerciantes, posseiros assalariados, parceiros,
115 arrendatários, meeiros e assemelhados. Atribuições do CEAS na lei 12.812 entre outras, aprovar
116 os planos de assistência social elaborados pelos empreendedores chamados pelo CEAS de paz-
117 barragem, fiscalizar a implantação dos planos de assistência social, responder a consultas
118 orientando os empreendedores e o público em geral sobre os programas de assistência social de
119 que trata essa lei, hoje o sistema único de assistência social no Brasil ele é composto por 12
120 profissionais, pra vocês terem uma idéia, nós temos antropólogos, sociólogos né, esses
121 profissionais eles estão mais participativos no norte do país, em especial os antropólogos e os
122 sociólogos né. A normalização pelo CEAS sobre a matéria né, nós emitimos uma Resolução que
123 é a 317/2010 que dispõe sobre o conteúdo e elaboração dos planos de assistência social para as
124 populações de áreas atingidas por reservatório, paz-barragem e a 318 que dispõe sobre o
125 processo das análises e os procedimentos relativos aos planos de assistência social para as
126 populações de áreas inundadas por reservatórios, paz-barragem. Próximo, é um instrumento de
127 planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução de ações de proteção social
128 voltadas a garantia de direito de condições dignas de vida para a população direta ou
129 indiretamente atingida pela construção de barragens, bem como determina a forma de seu
130 monitoramento e sua avaliação, quando da implantação de uma barragem todos nós sabemos, ne
131 gente, a migração de trabalhadores para aquele pólo aonde a barragem será construída né, nós
132 temos aí ne, exploração sexual de menores, gravidez precoce que está muito presente né, drogas
133 muito presente, enfim, muda toda dinâmica que aquelas comunidades do entorno e aonde a
134 barragem será atingida, daí a nossa preocupação né, na preservação de condições dignas de vida
135 dessas pessoas. Então o quê que o paz-barragem ele deve apresentar? Primeira coisa, ele precisa
136 de contextualizar o empreendimento, identificação do local e do empreendedor, qual que é a
137 caracterização do empreendimento? Informação de mão da obra necessária, área total a ser
138 atingida do empreendimento, número total dos atingidos, informação sobre a destinação do
139 produto gerado, ou seja, aquele produto que a energia elétrica, qual que é o destino dele? Aqui
140 está claro, gente? Ficou claro? O paz-barragem ele deve então apresentar, o diagnóstico da área
141 atingida, metodologia e instrumentos de elaboração do paz, os recursos sócio-assistenciais do
142 municípios, relatórios de estudos socioeconômicos dos atingidos, informações sobre impactos
143 sociais e a população indiretamente atingida, abre o primeiro anexo pra mim, por favor, volta aí,
144 por favor, primeiro, esse, abre não? Ta, então vamos passar, o material vai estar a disposição de
145 todos vocês depois ta, porque é um material público gente, então todos podem depois copiar ta.



146 O paz-barragem ele deve apresentar então os projetos obrigatórios, comunicação, negociação de
147 terras e bem feitorias, instalação de posto de assistência social, aqui só pegando um gancho aqui,
148 a gente agora está, está sendo licenciado uma barragem ali na divisa de Minas com Rio de
149 Janeiro, serão três municípios atingidos, as populações que estão no estado de Minas Gerais
150 serão contempladas pelo paz-barragem, as populações que estão no estado só do Rio de Janeiro
151 não serão contempladas né, então o Conselho Estadual de Assistência procurou o Conselho de
152 Minas Gerais pra gente tentar fazer né, pelo menos alimenta-los de informações nesse aspecto
153 né, porque na verdade o estado não é garantido pela lei que legisla essa obrigatoriedade desse
154 paz-barragem, e aproveitando dois profissionais sabedores da instalação dessa barragem eles
155 procuraram todas as pessoas que seriam atingidas e pegaram procurações ne, desses moradores
156 de pessoas muito simples pra que eles fossem os negociadores de suas terras, isso chegou ao
157 nosso conhecimento, é uma coisa muito arbitraria aonde eles exigiam um percentual de 25% do
158 que seria negociado, então nós demos os encaminhamentos necessários né, inclusive uma das
159 profissionais nós mandamos isso aí pro conselho de classe dela porque achamos uma coisa
160 exorbitante, então foram dois profissionais que se usaram da ingenuidade dessas pessoas,
161 pessoas muito simples né foram a frente levaram as procurações pra que eles fossem outorgados
162 procuradores deles, então esse é o nosso conhecimento, então a gente tem que ficar muito atento
163 nesse aspecto aí ne, e pedimos também um parecer também do jurídico também pra saber se era
164 caso pra que o Ministério Público ele entrasse ou não porque não foi um caso isolado, foi um
165 conjunto de moradores. Então quer dizer, exige os projetos exigidos conforme característica
166 local, ativação ou reativação econômica né, assistência técnica para atividades desenvolvidas no
167 local, segurança alimentar, uma reestruturação viária e garantia de acessibilidade e outras, de
168 acordo com as demandas e as potencialidades locais. Isso aqui gente, pra vocês que são
169 conselheiros aqui que é o mais importante, essa lamina número 15. O paz-barragem e a licença
170 ambiental, o CEAS ele concede um dos documentos que é pré-requisito pra que o órgão
171 ambiental forneça o licenciamento ambiental, a concessão da licença de instalação, que é a LI,
172 pelo órgão ambiental ela é condicionada à aprovação do plano de assistência social, ta chegando
173 muito no conselho que estão dando a LI sem este condicionante, e nós podemos caçar essa LI,
174 tanto que a Maria Helena, acho que ela foi muito brilhante em nos convidar pra fazer essa
175 interlocução, porque muita das vezes é pela falta de conhecimento porque é muita legislação, na
176 ultima plenária nossa agora nós demos o encaminhamento pra casação de uma LO (*falhas na*
177 *gravação*) a concessão da licença, ela é condicionada ao plano de assistência social, a concessão
178 de licença de operação pelo órgão ambiental ela é condicionada à comprovação pelo CEAS da
179 implantação do plano de assistência social, o documento fornecido pelo CEAS é uma Resolução,
180 então vocês deveriam, Maria Helena, inclusive colocar isso como uma parte dentro do
181 organograma mesmo, informar isso para o empreendedor, nós recebemos agora o empreendedor
182 que veio do estado do Pernambuco e ele desconhecia a legislação no estado de Minas Gerais, nós
183 já fizemos alguns acertos em dois outros licenciamentos, mas a plenária decidiu que os próximos
184 licenciamentos eles serão caçados né, por um lado o governo ele força o licenciamento mas a
185 sociedade se viu dentro do conselho, nós somos muito organizado e nós estamos articulando pra
186 que seja caçado, porque por um lado o governo, ele tem um interesse ne, que o empreendimento
187 passe a funcionar que vai gerar uma riqueza pro estado né, mas pelo outro lado ne, não podemos
188 deixar que a legislação ela não seja atendida, volta por favor, a próxima, a próxima, bom, as
189 atribuições, então nós temos um técnico do CEAS né, ele vai proceder análise de processos
190 compatibilizando as normas, os levantamentos práticos, visitas locais, entrevistas com os
191 atingidos, reuniões com os conselhos municipais de assistência social e utilizando instrumentos
192 específicos, o técnico ele responde pela sua atuação não somente ao local onde trabalha, mas no
193 seu conselho de categoria profissional, ele emite então um parecer técnico né, para nós
194 conselheiros, o conselheiro do CEAS né, uma vez que ele é deliberativo então nós vamos



195 analisar os processos considerando um parecer técnico incluindo caráter político de ser
196 conselheiro, aquele que zela pela sua efetivação do SUAS onde se incluía a garantia dos direitos
197 sócio-assistenciais, eu vou dar um exemplo aqui nessa deliberação aqui, teve um
198 empreendimento aqui próximo a Teófilo Otoni ta, aí tinha um dos moradores la que era
199 alcoolista, que era um impasse dentro do empreendimento certo, e aí o empreendedor ele propôs,
200 ofereceu um tratamento para aquele alcoolista pra solucionar o problema, a proposta que ele fez,
201 ele propôs um tratamento em uma clinica que não atende aos pré-requisitos de tratamento de
202 alcoolismo aí que são preceituados pelo Ministério da Saúde, so pra vocês entenderem, então
203 como eu represento a psicologia né, dentro do conselho então eu fiz, pontuei da importância e da
204 necessidade que essa pessoa fosse encaminhada e tratada por uma clinica que atendesse todos os
205 preceitos do Ministério da Saúde, e nas comunidades terapêuticas que não atende esses preceitos
206 aí, não tem a mínima condição, não oferece a mínima condição de tratamento ao alcoolistas e
207 outros tipos de drogas ta, só pra vocês entenderem de que forma então que o conselheiro ele
208 pontua aqui essas deliberações, o conselheiro ele responde pela sua atuação, uma Resolução
209 sobre ética do CEAS, código de ética do servidor público né, que é um agente público o qual eu
210 presido a comissão de ética dentro do conselho, ele emite um parecer final e esse parecer final
211 ele vai para a plenária né, e nós conselheiros podemos também pedir uma visita em loco o
212 empreendimento pra conhecer a realidade daquele empreendimento ne gente, agora que é o
213 detalhe, o conselho estadual é deliberativo, os os conselhos municipais eles são consultivos, é
214 solicitado ao conselho municipal que se manifeste sobre relatórios, planejamentos, bem como
215 que acompanha a implantação do paz podendo denunciar ao conselho estadual caso haja
216 descumprimento do que foi aprovado e quando houver novas violações de direito, vou dar um
217 outro exemplo pra vocês entenderem aqui ta, teve o licenciamento de uma pequena barragem no
218 Centro Oeste de Minas, então o empreendedor não atendeu os pré-requisitos da instalação do
219 paz-barragem, então pra compensar ele ofereceu lá pro conselho municipal de assistência, pro
220 órgão gestor 30 mil reais né, pra entrar para o CRAS ne, que são centro de referências de
221 assistência social como uma forma de compensar. Pois bem, o plano de assistência dele, ele teria
222 uma validade por dois anos, raciocinem só, pra ele colocar lá um psicólogo e um assistente
223 social, vamos colocar um salário médio de 2.500 reais, 5 mil reais vezes 30 meses, 150 mil, só de
224 custos pra fazer implantação, ele oferece 30 mil reais pra CRAS pra melhorar em equipamentos,
225 os conselheiros municipais eles aceitaram aqueles 30 mil reais, só que eles não estavam
226 percebendo né, que a função de CRAS é uma política pública que ela tem que ser garantida pelo
227 estado, ela não tem que ser garantida pelo empreendedor, isso a gente tem que ter uma clareza
228 muito grande disso né gente, determinadas políticas públicas é atribuição do estado, dos três
229 *(falhas na gravação)* município, estado e união, nós fomos lá e colocamos, mas pêra aí, vocês
230 tem todo o direito de aceitar os 30 mil reais aqui, agora, só que quando chegar no estadual vamos
231 pensar, vamos refletir aqui 30 mil reais, vocês vão comprar equipamentos aqui pro equipamento
232 público, resolve o problema? Olha o prejuízo que está se dando aqui, então é muito mais
233 interessante a gente pensar em outras alternativas, vocês podem deliberar, mas vai chegar no
234 estadual e nós vamos barrar, aí eles repensaram e viram que realmente não era, não compensava
235 de forma alguma né, então né, o Conselho Municipal é um órgão de controle social municipal
236 que busca defesa e garantia de direitos em suas nações, ele emite um parecer local sobre aquela
237 implantação desse empreendimento, gente, tenho visitado muito os conselhos municipais do
238 nosso estado né, o processo no CRAS é um processo novo, temos muito mas muito que avançar,
239 porque a gente percebe uma despolitização grandiosa, as pessoas não tem o alcance dessas
240 conseqüências a vinte, trinta anos a frente ta, então é um processo mesmo de construção, então
241 do fluxo de comunicação né, então CEAS com usuário conselho municipal empreendedor,
242 empreendedor CEAS né, então tudo isso ativando a garantia de direito dos indivíduos que serão
243 atingidos. Fiscalização, análise de documentos por técnicos, visitas técnicas, diligências de



244 conselheiros locais e/ou documentais, reuniões com empreendedores e/ou atingidos, análise de
245 relatórios trimestrais ou semestrais conforme o caso e por meio do conselho municipal de
246 assistência social dos municípios atingidos mediante denúncias, um minutinho só, é muito
247 comum quando o conselheiro vai visitar um empreendimento, os empreendedores querem os
248 nossos telefones, querem um contato mais próximos, nós somos muito claros nos conselhos,
249 qualquer contato, por gentileza, é com o conselho estadual e não comigo, eu sou um conselheiro,
250 a gente procura muito se preservar dentro de uma ética aí né, então nós não passamos telefones,
251 não atendemos, qualquer encontro com os empreendedores ele acontece dentro do Conselho
252 Estadual de Assistência Social e nós precisamos policiar demais quanto a isso, ta gente, então
253 nós não atendemos de forma alguma qualquer empreendedor, qualquer reunião é dentro do
254 conselho estadual. Próximo, então qual que é o fluxo do paz-barragem, o empreendedor
255 protocola o paz-barragem na secretaria executiva do CEAS e no Conselho Municipal de
256 Assistência Social, também relatórios trimestrais ou semestrais, e por último relatório final, então
257 haverá uma análise técnica do CEAS, pode solicitar complementação de informações, uma visita
258 técnica, reuniões com os atingidos, os conselhos municipais, o gestor, a prefeitura municipal e o
259 empreendedor, enfim, todos os atores né gente, estão envolvidos nesse processo aí, *(falhas na*
260 *gravação)* que é sorteio né, são os conselheiros relatores, nós temos uma lista lá, a gente obedece
261 essa lista pra fazer as relatorias ta, ao conselheiro é facultado a visita ao local ou solicitação de
262 esclarecimentos que são as diligências, e aí esse conselheiro ele vai emitir um parecer, após a
263 emissão desse parecer dele vai para a plenária do CEAS aonde os demais conselheiros estarão
264 questionando qualquer dúvida do parecer que ele emitiu, juntamente com uma técnica, a técnica
265 é o apoio do conselheiro ta, aí o conselho ele pode deliberar ou não deliberar, quando ele
266 delibera ele emite uma resolução e o monitoramento ele continua, com relação a denúncia né, ela
267 é protocolada na secretaria estadual do CEAS, você abre pra mim, por favor, o presidente ou a
268 mesa diretora define qual encaminhamento né, dentro da mesa diretora né, eu tenho também de
269 presidir a comissão de política dentro do CEAS ta, e aonde então nós podemos instaurar um
270 processo né, então fazemos uma análise técnica, solicitamos informações ao conselho municipal,
271 aos atingidos e aos empreendedores, emitimos um parecer técnico né, o conselheiro relator ele é
272 facultado a visita ao, pêra aí, acho que foi, não? Não ta, é facultado a visita ao local ou
273 solicitação de esclarecimentos que são as diligências, ele vai emitir um parecer, volta para
274 plenária, a plenária delibera e nós continuamos o *(falhas na gravação)*. Aí existe no governo de
275 Minas o PRO-ASIST, que é o Programa de Assistência às Populações Atingidas pela construção
276 de barragens, o PRO-ASSISTE que ele foi criado pela lei 12.812 de 28 de abril de 98, aonde ele
277 constitui de ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência
278 definidos para se efetivar a prestação pelo estado da assistência social às populações de áreas
279 inundadas por reservatório destinado ao aproveitamento econômico de recursos hídricos, esse
280 PRO-ASSISTE aqui nós conselheiros vem cobrando insistentemente aí ta, do governo de Minas
281 pra que haja uma efetiva implementação desse PRO-ASIST para as comunidades atingidas, a
282 gente está com uma pendenga muito grande aqui na Zona da Mata que é um empreendimento
283 muito grande a PCH Risoleta Neves, conhecida como Candonga né, e Candonga significa
284 confusão e vem uma confusão a 10 anos aí com a aquela população, a coisa está muito
285 complicada lá, e aí o ano passado nós até fizemos uma formação e mediação de conflitos pra
286 tentar mediar o conflito aí entre empreendedor e atingidos, entre estado e ao final nós
287 entendemos que passamos isso pra estado porque não era uma função de nossos conselheiros
288 fazer essa mediação de conflitos, ta, então, mas na verdade foi o primeiro licenciamento que o
289 CEAS tinha feito ne, e foi um grande aprendizado ta, e essa pendenga já vem a 10 anos e que
290 está muito difícil de ser resolvido. O próximo, o PRO-ASIST é um programa específico de
291 assistência geral com competência pré-definida destinando-se a ele ações complexas de
292 diferentes políticas setoriais básica, educação, saúde, justiça, desenvolvimento econômico,



293 agricultura e de assistência social, é sabido que há muitos usuários comuns nas referidas políticas
294 setoriais, o que determina a existência de interface entre elas, entretanto sem a substituição de
295 uma pela outra, ou a responsabilidade de uma em detrimento das demais, assim o PRO-
296 ASSISITE não é de competência da política de assistência social como não é de nenhuma outra
297 política específica, mas a política geral do estado, esse caso lá de Santo Cruz do Escalvado, que é
298 próximo a Ponte Nova ali, eu fui um dos conselheiros designados pra fazer uma visita técnica lá
299 e acompanhamento, passamos lá uma semana, fizemos todo o levantamento de todas as famílias,
300 visitamos as 194 famílias lá, e o quê que nós percebemos? Uma ausência total do estado, tanto
301 estado, estado como estado município, era um descaso total com aquela população, das 194
302 famílias moradoras lá, então nós emitimos, chamamos o estado e nós pedimos providências
303 urgentes, porque nós queríamos uma intervenção do estado naquele município pra que todos
304 moradores daquele município eles fossem respaldados e garantidos com os direitos que lhes são
305 de direito, então, tanto é que o estado ele fez um evento lá, ele está agora mais de perto lá, ele
306 chamou um outro ente federado que é o município pra fazer essa interlocução porque era uma
307 ausência completa do estado lá, gente, uma coisa impressionante, a política pública não chegava
308 nem educação, nem saúde, nada, a população estava abandonada lá, uma coisa assim de horror,
309 entendeu? (*falhas na gravação*) assistência jurídica entre outras ações, um acompanhamento das
310 negociações com o empreendedor relativas ao reacentamento e a desapropriação e prestar
311 assistência jurídica, prestar assistência psicológica e atendimento médico, odontológico e
312 hospitalar, eu vou dar um exemplo aqui só pra vocês terem a dimensão, porque quem não está
313 envolvido na política da assistência acha tudo muito simples né, eu estive numa determinada
314 comunidade aí os conselheiros me disseram, a gente até suspendeu lá, aliás, a senhora não veio
315 recadastrar o bolsa-família dela, aí eu, mas ele não veio porque? Aí eu fui entender o perfil
316 daquela família lá, uma senhora com 10 crianças moradora da zona rural, próximo ao local a ser
317 atingido, aí me disseram, ela tem 10 meninos, ela ganha muita roupa, quando as roupas dela e
318 das crianças suja, o quê que ela faz? Ela tira a roupa e coloca fogo em toda a roupa das crianças
319 lá, aí o quê que a política pública fazia? Levava mais roupa para aquela família lá, aí sujava de
320 novo, ela tirava e colocava fogo em tudo, aí eu chamei o colega, o nobre colega psicólogo, a
321 nobre colega assistente social, e disse, vamos raciocinar aqui, vocês acham que essa pessoa
322 entende o quê que é a palavra recadastrar? Ela não tem essa noção, gente, da palavra recadastrar,
323 então ao invés dela vir até à política pública, nós temos que ir até à política pública, gente, uma
324 pessoa que não está com suas faculdades mentais normais, vamos encaminhar para um
325 tratamento aí de saúde mental, então quando entra a assistência psicológica, fora que todas
326 aquelas crianças também fora da escola, garantir a criança e o adolescente o direito à educação
327 básica em escola pública conforme o artigo 21 da lei federal 9.394 de 20 de dezembro de 96, sem
328 lapso de continuidade na prestação de serviço, abrir linhas de financiamento para o
329 desenvolvimento de atividades produtivas para aquelas comunidades. Próximo, prestar
330 assistência técnica e agrícola e oferecer cursos de capacitação e aprimoramento no manejo e na
331 gestão de atividades agrícolas e atividades diagnosticadas como potencialmente adequadas a
332 exploração econômica do reservatório, tais como, turismo, hotelaria, piscicultura, entre outras, o
333 que a gente percebe muito aqui quando os empreendedores querem oferecer uma capacitação né,
334 secretaria de emprego e trabalho, ela deixa isso muito claro que capacitar é pelo menos 200 horas
335 de trabalho, o que os empreendedores mais querem oferecer são cursinhos de biscui, são
336 cursinhos de informática, pra um trabalhador da zona rural, pros quilombolas que está com 70,
337 75 anos de idade, então ele pensa nisso aí, então eu alerta muito aos empreendedores, sabe gente,
338 que muitas vezes, com todo respeito, ao jovem profissional, por exemplo, que busquem pessoas
339 que tem qualidade de vida também, o caso lá de Candonga, por exemplo, buscar um arquiteto
340 super-bacana, o cara coloca a cozinha das famílias na frente da casa, quer dizer, o cara não tem a
341 mínima noção, o cara né, uma comunidade que vem da roça, o cara implanta né, nas novas



342 construções uma cozinha na frente da casa, apaga toda a história dessa família, foi o grande
343 conflito lá foi isso, eles implantaram uma cozinha na frente da casa, a gente sabe que as cozinhas
344 são no fundo, aí entram os novos arquitetos, uma geração mais jovem né, que não tem essa
345 compreensão psico-social do sujeito e tenta reinventar isso aí, a gente tem que estar muito atento
346 a isso né, fornecer transportes aos moradores das áreas atingidas para que possam participar de
347 audiência pública destinada a análise e a disposição de planos de assistência social e de estudos
348 ambientais, é um direito garantido a essas populações ir pra audiência pública né, elas tem que
349 entender, elas tem que compreender né, elaborar material informativo de fácil compreensão
350 como a linguagem adequada, uma linguagem fácil né gente, sobre os direitos e deveres dos
351 empreendedores públicos e privados e da população das áreas atingidas, já pegamos alguns
352 folhetos, gente, meus Deus, as pessoas não tem noção de linguagem do sujeito, sabe, coloca uma
353 linguagem técnica, uma coisa complicada, que o sujeito lê e não compreende o que está escrito
354 ali, a relação do CEAS com o PRO-ASSISTE, ao CEAS cabe compatibilizar o PRO-ASSISTE
355 com as normas e diretrizes estabelecidas na lei 12.812/98, ele não foi instituído ainda, mas o
356 CEAS tem feito gestão pra que isso ocorra considerando toda a complexidade já colocada,
357 atualmente uma experiência relativa a intervenção do estado e um empreendimento que pode
358 colaborar com a sua implantação, é esse caso de Santa Cruz do Escalvado. Bom, esse é o total o
359 Paz protocolados no estado de Minas Gerais, então nós temos a CGH, Central Geradora de
360 Hidrelétrica, num total de 22, as PCH's nós temos 71, UHE e AHE Aproveitamento de
361 Hidrelétrica 10 e aproveitamento de água 1, nós temos um total de 104 Paz que já foram
362 aprovados pelo CEAS desde a sua constituição, total de municípios afetados pela construção de
363 barragens, quantidades de empreendimentos subtotal de municípios atingido por um
364 empreendimento, nós temos 83 no estado de Minas Gerais, atingidos por dois empreendimentos
365 temos 18, atingidos por três empreendimentos temos 7, atingidos por quatro empreendimentos
366 temos 4, atingidos por cinco empreendimentos temos 2, então nós temos num total de 114
367 municípios no universo aí de 853 no estado de Minas Gerais. Próximo, Governador Valadares,
368 então nós temos a união de conselhos municipais de assistências, que são as chamadas
369 URCMAS que são as atingidas por barragens, então nós temos aqui na região de Valadares nós
370 temos 29 empreendimentos, Juiz de Fora 18, Timóteo 12, Muriaé 11, Poços de Caldas 7, o
371 Triângulo Mineiro micro-região de Uberlândia e Varginha 5, Curvelo e micro-região de
372 Diamantina 4, micro-região de Teófilo Otoni 3, Sete Lagoas 2, Divinópolis 2, São João Del Rei
373 1, sem URCMAS nós temos dois municípios aí. Próximo, então é isso gente, qualquer dúvida eu
374 estou a disposição. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – conselheiro
375 Wolnei, muito obrigado pela apresentação, tenho certeza que foi bastante esclarecedora, eu abro
376 a palavra aos conselheiros para alguma observação, algum esclarecimento adicional. Leonardo
377 Castro Maia, Ministério Público – eu fiquei com uma dúvida, esses empreendimentos são
378 empreendimentos já instalados, esses últimos? Wolnei, representante do CEAS – são
379 empreendimentos já instalados. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – com relação a
380 aquele empreendimento mencionada que estaria na fronteira Rio-Minas, ele está localizado
381 exatamente na fronteira, o licenciamento dele é do conselho de política estadual ou pelo
382 IBAMA? Wolnei, representante do CEAS – esse município é em Alta Vera Cruz, próximo a
383 Itaocara, não entendi a sua pergunta. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – é, o presidente
384 já respondeu, se o licenciamento seria pelo estado, o licenciamento ambiental, pelo conselho de
385 política ambiental ou pelo IBAMA. Ele acabou de me responder que é pelo IBAMA. No
386 licenciamento ambiental nós temos uma audiência pública, ou mais de uma né, mas via de regra
387 desse tipo de empreendimento é uma, onde se discute a viabilidade (*falhas na gravação*) seria o
388 ambiente para participação social, uma dúvida, essa audiência pública ela é de alguma forma
389 examinada, discutida ou analisada pelo conselho de assistência social? E além disso se em caso
390 negativo, se há também uma audiência pública, alguma coisa semelhante que ocorra no



391 procedimento do conselho de assistência social, porque nessa audiência são levantados e
392 discutidos muitos problemas que na verdade são problemas socioeconômicos né, são problemas
393 ambientais, sem dúvida, mas tem esse colorido socioeconômico e aí eu fiquei com essa dúvida se
394 de alguma forma isso morre no licenciamento ambiental ou isso consegue ultrapassar o nosso
395 âmbito do licenciamento e alcançar lá a discussão do conselho de assistência social. Wolnei,
396 representante do CEAS - eu disse no início ne gente, o nosso fazer tem muito a ver com o fazer
397 de vocês, o fazer de vocês tem muito com o nosso fazer, quando o CEAS é convidado pras
398 audiências públicas nós vamos, expomos e alertamos né, esclarecemos todas as dúvidas, eu acho
399 que nós precisamos né gente, de criar nessa cultura, nessa interface entre as políticas públicas, de
400 uma beleza, uma coisa muito bonita né, e às vezes a fica querendo o nosso cantinho, o outro no
401 cantinho dele né, então nós precisamos de falar ne gente, de comunicar, olha que coisa
402 maravilhosa quando vocês nos convidam pra vir até aqui né, pra esclarecer, acho que tem que ter
403 essa interface o tempo todo né, então quando nós somos convidados nós vamos pras audiências
404 públicas, esclarecemos tudo pras comunidades, mas não existe uma audiência pública voltada
405 para a assistência social. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata –
406 conselheiro Leonardo, essa oportunidade de apresentação do CEAS junto a URC teve seu
407 primeiro momento na Zona da Mata né, a gente tem vários empreendimentos bastante complexos
408 dentre eles o da UHE Risoleta Neves que reiteradamente as pessoas vão até a reunião e se
409 manifestam em assuntos gerais e etc, e sempre no momento da votação surgem questões sobre os
410 limites da atuação da URC até a onde o CEAS poderia ter ido e não foi e etc, e por algumas
411 vezes nós fizemos o convite ao CEAS, o Marcelo comentou que não se recorda disso, mas de
412 fato nós fizemos esses convites há algum tempo e só agora mês passado é que o CEAS realmente
413 pode ir, pode estar presente, eu não sei se por algum motivo o convite não chegou às mãos do
414 presidente mas enfim, isso não vem ao caso, o fato é que daqui pra frente atendendo a solicitação
415 do próprio CEAS vai ser nosso procedimento não só notificar, mas também convidar o CEAS
416 para participar de toda e qualquer audiência pública que se refira a empreendimentos
417 hidrelétricos ou que envolvam barragem, tem a barragem e que necessitam de atuação do CEAS,
418 então vai haver por parte das SUPRAM's esse convite assim que as audiências forem marcadas e
419 a medida que elas forem agendadas, é claro que isso depende da análise do processo, mas tão
420 logo ela seja agendada e publicada a sua convocação nós faremos um ofício específico ao CEAS
421 para cientifica-lo e convida-lo e de fato muitas questões surgem na audiência pública questões
422 que tem haver com os aspectos socioeconômicos né, impactos socioeconômicos e é um momento
423 oportuno do CEAS já colher ali as opiniões da população, as críticas e já de alguma forma
424 também começar o seu trabalho de forma integrada com o órgão licenciador, que é o COPAM.
425 Leonardo Castro Maia, Ministério Público – eu quero crer até que a maior parte dos
426 questionamentos das dúvidas digam respeito das questões socioeconômicas, raramente eu vejo a
427 população questionar, por exemplo, uma questão natural, ah se a APP vai acontecer isso, se a
428 fauna né, a população que vai à audiência pública é a população humilde né, e ela que a
429 audiência pública facilita porque é realizada no local do empreendimento, que às vezes ela não
430 tem oportunidade de vir até aqui no conselho de política ambiental e normalmente o problema é
431 aquela dúvida, o quê que vai acontecer com meu leite, não sei o quê, ele está focalizado, o foco
432 dessa população são os seus interesses, socioeconômicos lógico, com toda legitimidade e, então
433 eu parablenizo aí a SUPRAM Zona da Mata, espero que a nossa SUPRAM também siga na
434 mesma linha pra que a gente também possa chamar o CEAS para essas. Bem, essas eram as
435 minhas dúvidas, eu queria parabenizar pelo convite do CEAS e pela exposição realmente muito
436 interessante, apreciei bastante e espero que a gente possa dialogar agora com maior frequência.
437 Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – conselheira, Dona Alice. Alice
438 Lorentz de Faria Godinho, Mov. Pró-Rio Todos os Santos e Mucuri – eu não poderia deixar de
439 cumprimentar a Maria Helena pela importância desse convite, pela primeira vez eu vi focado



440 esse aspecto importantíssimo, eu tenho participado o ano passado de um seminário sobre
441 erradicação da pobreza e esse ano sobre a agricultura familiar na assembleia legislativa e nos
442 dois falava-se muito do direito do acesso à água, que é uma reivindicação de fundo social, em
443 momento algum se falou da obrigação de todos nós preservarmos a água, economizarmos e
444 contribuirmos para produção de água, mesmo dentro de um meio de agricultores, de pessoal da
445 zona rural, isso, essa exposição do senhor me deu uma esperança enorme e um grande
446 entusiasmo, eu acho que muita coisa que a gente se sentia presa pra frente poderá ser desatado,
447 parabéns Maria Helena, eu fico orgulhosa de estar na SUPRAM Leste onde acontece uma, onde
448 acontece uma iniciativa dessa qualidade. Wilson Starling, SEDE – a única dúvida que eu fiquei é
449 com referência quando você disse sobre a questão do fornecimento de assistência jurídica para as
450 comunidades que serão visadas, que serão para ajudar na negociação, essa assessoria jurídica
451 será prestada pela própria CEAS? Ou, porque na verdade aí é uma questão que vai envolver, se
452 for pelo próprio conselho deve ser forma gratuita, porque o senhor mesmo relatou um caso aí de
453 25% quer o pessoal estava utilizando para negociar as áreas que seriam indenizadas, então essa é
454 uma questão que eu acho muita melindrosa primeiro lugar, segundo se trata de um conselho, eu
455 acho que deveria ser neste caso também ouvir da OAB porque a área, o conselho responsável
456 pelos advogados é a OAB, então eu acho importante, melhor essa questão de esclarecimento só
457 pra não ficar essa dúvida quanto essa questão, muito obrigado e parabéns pela apresentação.
458 Wolnei, representante do CEAS – não é competência do CEAS a prestação de assessoramentos
459 jurídico às comunidades atingidas né gente, isso não é competência nossa não, então essa
460 assessoria jurídica, quando chega, por exemplo, até o CEAS, nós damos encaminhamento
461 necessário para o Ministério Público fazer os devidos esclarecimentos, então esse caso, promotor
462 né chegou agora, que essas pessoas elas estavam fazendo contratos com 25% sobre uma
463 transação né, de suas terras, então nós entendemos lá que nós iríamos encaminhar isso pro
464 Ministério Público tomar as providencias né, então uma vez que nós temos, sim, claro, nós não
465 temos essa competência não, ta gente, eu acho que nós temos que entender né, gente, que não
466 existe desenvolvimento econômico sem desenvolvimento social né, acho que é um grande
467 equívoco nosso, não é mesmo? Então eu vou encerrar por aqui e aproveito pra convida-los
468 também, hoje lá no auditório da prefeitura nós estaremos fazendo uma exposição também né dos
469 50 anos da psicologia no Brasil e aí eu aproveito e estendo o convite pra todos vocês caso
470 queiram escutar um pouquinho história da psicologia no Brasil ta aberto o convite. Leonardo
471 Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – muito obrigado Dr. Wolnei, conselheiro
472 Wilson, essa assistência jurídica caberia ao PRO-ASSISTE, seria uma obrigação do próprio
473 estado, porém o PRO-ASSISTE não foi implementado, é algo que deveria ter sido implementado
474 e nós temos que enquanto sociedade lutar por isso pra que haja sim a completa assistência com a
475 atuação de um setor específico, de um órgão específico que preste assistência de forma direta né,
476 enfim, muito obrigado ao CEAS, tenho certeza que daqui pra frente nós vamos nos aproximar
477 cada vez mais e ter a interlocução bem feita em todos os processos de licenciamento de
478 hidrelétricas, isso é extremamente importante e tenho certeza que nós faremos novos convites
479 pra tratar às vezes, digamos, até um caso específico, caso haja necessidade, mas se necessário
480 nós faremos mais uma vez o convite e será muito bem vinda a participação de vocês aqui, muito
481 obrigado. O material já está disponível aqui com a equipe da SUPRAM e poderá fazer o
482 encaminhamento para aqueles que se interessarem. Muito bem senhores, vamos então aos nossos
483 processos, vou fazer a leitura de cada um dos itens, peço atenção pra destaque e pedido de vista.
484 **I Item 5. Processo Administrativo para exame da Licença Prévia:** 5.1 Centaurus Brasil
485 Mineração Ltda. - Barragem de contenção de rejeitos / resíduos; estradas para transporte de
486 minério / estéril; obras de infra-estrutura (pátios de resíduos e produtos e oficinas); pilhas de
487 rejeito / estéril; tratamento de água para abastecimento; tratamento de esgotos sanitários;
488 Unidade de Tratamento de Minerais (UTM); Estocagem e/ou comércio atacadista de produtos



489 químicos em geral, explosivos; lavra a céu aberto com tratamento a úmido minério de ferro;
490 posto de abastecimento e subestação de energia elétrica - São João Evangelista/MG - PA/Nº
491 01626/2011/001/2012 - DNPM 831174/2005 - Classe 6. Apresentação: Supram LM. Vistas
492 concedidas a Procuradoria Geral de Justiça, FIEMG e SEDE, Secretaria de Estado e
493 Desenvolvimento Econômico. **Item 6. Processo Administrativo para exame da Licença**
494 **Prévia concomitante com a Licença de Instalação:** 6.1 Areal e Material de Construção São
495 Jorge Ltda. - Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil -
496 Governador Valadares/MG - PA/Nº 05296/2005/004/2012 - DNPM 831173/2005 - Classe 3.
497 Apresentação: Supram LM. Algum destaque? Sem destaque. **Item 7. Processo Administrativo**
498 **para exame da Licença de Instalação:** 7.1 Laticínios Bela Vista Ltda. - Unidade Industrial de
499 Governador Valadares - Preparação do leite e fabricação de produtos de laticínios - Governador
500 Valadares/MG - PA/Nº 19265/2011/002/2012 - Classe 5. Apresentação: Supram LM. Destaque
501 da SUPRAM e conselheira Waleska. Mais alguém? **Item 8. Processo Administrativo para**
502 **exame da Licença de Operação:** 8.1 Farias Energia S.A. - CGH Farias - Barragens de geração
503 de energia/hidrelétrica - Guanhães/MG - PA/Nº 16095/2009/002/2012 - Classe 3. Apresentação:
504 Supram LM. Algum destaque? Destaque da UNIVALE. **Item 9. Processos Administrativos**
505 **para exame de Revalidação da Licença de Operação:** 9.1 Vale S.A. - Lavra a céu aberto com
506 beneficiamento via úmida / minério de ferro - exploração - Itabira/MG - PA/Nº
507 00119/1986/075/2004 - DNPM 930.641/1989 - Classe 6. Apresentação: Supram LM. Algum
508 destaque? Temos um destaque da SUPRAM somente então. Já foi solicitado. 9.2 Britador São
509 Geraldo Ltda. - Extração de rocha para produção de britas com ou sem tratamento -
510 Caratinga/MG - PA/Nº 00121/1997/007/2012 - DNPM 832870/1996 - Classe 3. Apresentação:
511 Supram LM. Algum destaque? Sem destaque 9.3 In Vitro Diagnóstica S.A. - Fabricação de
512 produtos para diagnóstico - Itabira/MG - PA/Nº 02662/2004/004/2012 - Classe 3. Apresentação:
513 Supram LM. Algum destaque? Sem destaque. 9.4 Unigal Ltda. - Serviço galvanotécnico -
514 Ipatinga/MG - PA/Nº 00296/2000/006/2012 - Classe 3. Apresentação: Supram LM. Algum
515 destaque? Sem destaque. **Item 10. Processo Administrativo para exame de Prorrogação de**
516 **Prazo para Atendimento de Condicionante da Licença de Instalação Corretiva:** 10.1
517 Prefeitura Municipal de Itabira - Aterro sanitário e unidade de compostagem de Itabira -
518 Tratamento e/ou disposição final de resíduos sólidos urbanos; canais para drenagem - Itabira/MG
519 - PA/Nº 00230/1993/019/2010 - Classe 3. Apresentação: Supram LM. Algum destaque? Sem
520 destaque. **Item 11. Processo Administrativo para exame de Alteração de Condicionante da**
521 **Licença de Operação:** 11.1 Celulose Nipo-Brasileira S.A - CENIBRA - Aumento da
522 capacidade de produção de celulose - Belo Oriente/MG - PA/Nº 00003/1977/031/2006 - Classe
523 6. Apresentação: Supram LM. Algum destaque? Sem destaque também por parte dos
524 conselheiros. Vamos colocar em votação os itens sem destaque, peço ao Dr. Eduardo que me
525 auxilie aqui na identificação de algum empreendedor que queira se manifestar no seu processo
526 respectivo, **Item 6 Processo Administrativo para exame da Licença Prévia concomitante**
527 **com a Licença de Instalação:** 6.1 Areal e Material de Construção São Jorge Ltda. - Extração de
528 areia e cascalho para utilização imediata na construção civil - Governador Valadares/MG -
529 PA/Nº 05296/2005/004/2012 - DNPM 831173/2005 - Classe 3. Apresentação: Supram LM.
530 Temos um inscrito aqui, Suzana Marques, quer se manifestar? Então eu coloco em votação,
531 aqueles que estiverem de acordo com o parecer único da SUPRAM permaneçam como estão,
532 APROVADO. O item 7 foi objeto de destaque. Item 8, idem. Item 9, **9.1** destaque da SUPRAM,
533 vou então aos demais itens que não tiverem destaque por parte do conselho. **Item 9.2** Britador
534 São Geraldo Ltda. - Extração de rocha para produção de britas com ou sem tratamento -
535 Caratinga/MG - PA/Nº 00121/1997/007/2012 - DNPM 832870/1996 - Classe 3. Apresentação:
536 Supram LM. Temos algum inscrito? Não temos, então em votação, aqueles que estiverem de
537 acordo com o parecer único da SUPRAM permaneçam como estão, APROVADO. **Item 9.3** In



538 Vitro Diagnóstica S.A. - Fabricação de produtos para diagnóstico - Itabira/MG - PA/Nº
539 02662/2004/004/2012 - Classe 3. Apresentação: Supram LM. Sem inscritos também, então em
540 votação, aqueles que estiverem de acordo com o parecer único da SUPRAM permaneçam como
541 estão, APROVADO. **Item 9.4** Unigal Ltda. - Serviço galvanotécnico - Ipatinga/MG - PA/Nº
542 00296/2000/006/2012 - Classe 3. Apresentação: Supram LM. Temos um inscrito aqui, Sr. Diego,
543 quer se manifestar? Então em votação, aqueles que estiverem de acordo com o parecer único da
544 SUPRAM permaneçam como estão, APROVADO. **Item 10.** Processo Administrativo para
545 exame de Prorrogação de Prazo para Atendimento de Condicionante da Licença de Instalação
546 Corretiva: 10.1 Prefeitura Municipal de Itabira - Aterro sanitário e unidade de compostagem de
547 Itabira - Tratamento e/ou disposição final de resíduos sólidos urbanos; canais para drenagem -
548 Itabira/MG - PA/Nº 00230/1993/019/2010 - Classe 3. Apresentação: Supram LM. Temos dois
549 inscritos, não é isso? Flávia, você quer se manifestar? Eu vou colocar esse item aqui pra votação
550 posterior já que você quer se manifestar e eu não vou abrir a discussão aqui agora, é algum
551 pedido com relação a, Flávia, é algum pedido com relação a alteração do texto ou se refere ao
552 mérito? Ta, vamos deixar para um segundo momento então. **Item 11.** Processo Administrativo
553 para exame de Alteração de Condicionante da Licença de Operação: 11.1 Celulose Nipo-
554 Brasileira S.A - CENIBRA - Aumento da capacidade de produção de celulose - Belo
555 Oriente/MG - PA/Nº 00003/1977/031/2006 - Classe 6. Apresentação: Supram LM. Temos um
556 inscrito, Eli, Eli Candido, quer se manifestar? Pois não, conselheiro. Marcelo Axer Alves
557 Rezende, BRACELPA – vou me abster da votação por interesse próprio. Leonardo Sorbliny
558 Schuchter, Superintendente Zona da Mata – ok, feito o registro da abstenção, aqueles que são
559 pela aprovação do parecer único da SUPRAM permaneçam como estão, APROVADO com a
560 abstenção do conselheiro Marcelo. Então vamos ao **Item 7.** Processo Administrativo para exame
561 da Licença de Instalação: 7.1 Laticínios Bela Vista Ltda. - Unidade Industrial de Governador
562 Valadares - Preparação do leite e fabricação de produtos de laticínios - Governador
563 Valadares/MG - PA/Nº 19265/2011/002/2012 - Classe 5. Apresentação: Supram LM. Destaque
564 da SUPRAM e da conselheira Waleska. Daniel, SUPRAM Leste – boa tarde a todos, só uma
565 retificação aí na página 15 do parecer, no asterisco aí, onde se lê, salvo especificações, os prazos
566 são contados a partir da publicação da licença prévia na impressão oficial do estado de Minas
567 Gerais, onde lê-se licença prévia lê-se licença de instalação. Leonardo Sorbliny Schuchter,
568 Superintendente Zona da Mata – ok, obrigado, feita a correção, conselheira Waleska. Waleska
569 Bretas Armond Mendes, UNIVALE – em relação a Laticínios Bela Vista no processo fala da
570 ETE, estação de tratamento de efluentes e fala também do tempo de permanência, só que
571 permanência do efluente o tratamento deve ser muito longo e aí o fato que não deve acontecer
572 nesse empreendimento, e a SUPRAM colocou, inseriu uma nota de que a responsabilidade do
573 empreendedor pela garantia e eficiência do tratamento, como é que ela vai garantir a eficiência
574 desse tratamento? Daniel, SUPRAM Leste – o empreendedor tem uma IRT né, um responsável
575 pela construção da ETE, então a gente vai avaliar se a ETE é eficiente através do programa de
576 auto monitoramento que vai condicionar na fase de LO. Waleska Bretas Armond Mendes,
577 UNIVALE – a dúvida era essa, como é que vocês vão garantir a eficiência desse tratamento?
578 Daniel, SUPRAM Leste – e se não funcionar a gente vai solicitar um estudo técnico com o
579 empreendedor pra adequar o sistema, a gente vai avaliar e impor a execução dessa alteração, e aí
580 a gente vai solicitar novamente relatório de auto monitoramento, se for o caso. Davi, SUPRAM
581 Leste – vou tentar complementar, vai ser condicionado na LO o auto monitoramento, se o auto
582 monitoramento der fora dos padrões, como de praxe vai ser autuado e tem todas as
583 conseqüências, dependendo pode ter um embargo e coisa e tal, vai ter que assinar um TAC,
584 aqueles procedimentos que são sempre feitos né. Waleska Bretas Armond Mendes, UNIVALE –
585 outra dúvida também é a seguinte, em relação a amônia, as medidas mitigadoras restringem aos
586 tanques de contenção, como vai acontecer se amônia se tornar gás e os tanques não cumprir essa



587 serventia, né? Que a gente teve um problema aqui em Valadares, vocês lembram né? Nós
588 tivemos um problema como esse, naquele empreendimento aqui em Valadares, então a idéia
589 seria que acontecer como foi lá em Ipatinga, colocar uma condicionante, que seria, apresentar
590 estudo técnico de implantação conforme proposto de aprovados com chuveiros de emergência
591 sobre o sistema de estocagem de amônia, foi o que aconteceu aqui e nós colocamos também pro
592 empreendimento lá de Ipatinga. Daniel, SUPRAM Leste – Waleska, o empreendedor tem
593 consultor técnico, é difícil a SUPRAM determinar o que o empreendedor deve instalar pra
594 mitigar esse impacto, pode apresentar um relatório, um projeto em que ele não, depender do
595 projeto não sofra essas interferências de possíveis acidentes, a gente não pode determinar isso
596 pro empreendedor, ele vai apresentar um estudo técnico, a gente vai avaliar, se for o caso pedir
597 um novo estudo pra LO também né. Waleska Bretas Armond Mendes, UNIVALE – mas como
598 aconteceu aqui em Valadares nos colocamos pra Ipatinga, a gente tá lembrando aqui, é, esse gás
599 gente, ele é bastante preocupante, ele não foi nesse caso aqui levado em consideração né? Davi,
600 SUPRAM Leste – mais uma vez esse questionamento, ele não é etapa de discutir esse tipo de
601 coisa, de controle da operação, você está falando aí são coisas usadas na operação, a gente está
602 se tratando agora de licença prévia concomitante com instalação, me desculpa, é só licença de
603 instalação, isso vai ser pedido na licença de operação porque esse gás só vai estar sendo utilizado
604 quando for ligado os refrigeradores. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da
605 Mata – conselheira, alguma observação? Waleska Bretas Armond Mendes, UNIVALE – é
606 porque assim, a gente está sempre preocupada com o que pode vir acontecer, a gente já teve
607 problemas aqui em Valadares como esse, o empreendimento já estava funcionando, não foi
608 colocado isso em momento algum no licenciamento, e houve problema que nós tivemos aqui.
609 Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – nós temos o empreendedor aqui
610 presente, senhor Honório, o senhor de repente pode trazer algum esclarecimento adicional que
611 seja importante. Honório Botelho, consultor da empresa – com relação a eficiência da estação de
612 tratamento de efluentes ela está relacionada com a tecnologia proposta, que é um sistema de
613 lagoa de estabilização associadas em série composto de após tratamento preliminar
614 evidentemente de duas lagoas anaeróbicas seguida de uma facultativa airada, esta tecnologia no
615 Brasil onde as condições climáticas são muito favoráveis e no mundo inteiro possibilita uma
616 eficiência, uma expectativa de eficiência superior a 85%, desde que não haja sobrecarga e que o
617 sistema seja operado de acordo com a capacidade nominal da indústria, com relação a questão da
618 amônia o detalhamento do projeto se faz em paralelo com a execução da obra, então há um
619 recinto apropriado para o sistema de refrigeração onde cilindro de amônia são providos de
620 válvulas pra evitar qualquer tipo de vazamento, a bacia de contenção do gás se liquidifazer e
621 escorrer sobre o solo e consta do processo um plano de emergência para eventual vazamento de
622 amônia, e implica em treinamento de pessoal, em plano pra evacuação dos funcionários, envolve
623 até a vizinhança, isso já consta do processo, e vai ser mais detalhado ainda a medida que a obra
624 for ser implantada. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – muito
625 obrigado, seu Honório. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – doutora Waleska, a senhora
626 se recorda da redação da condicionante naquele caso? Eu quero crer que seja uma questão,
627 embora não sou técnico, mas nesse caso divergindo um pouco da conclusão do SUPRAM,
628 acredito que seja um problema de instalação, que não adianta depois o que, lógico, o
629 procedimento vai ser detalhado, as questões vão ser melhor discutidas, mas algumas coisas vão
630 ficar superadas né, depois o próprio empreendedor aqui desses casos em que a senhora
631 menciona, ele relatou que dificilmente ele tinha como fazer adaptação, porque ele já tem situação
632 concretizada, é difícil pra ele instalar o equipamento que consiga remediar né, digamos assim, o
633 problema do vazamento e foram vários episódios de vazamento de amônia, não apenas um né,
634 causando mal estar à população, todos aqueles problemas que nós conhecemos bem, então por
635 isso que nós sabemos que isso acontece, aconteceu, e se não for olhada, acontecerá, eu acho que



636 de repente não entrar no nível de detalhamento, mas talvez exigir que essa questão tenha de ser
637 considerada então quando for antes de chegarmos à operação né, só que eu não me lembro da
638 redação. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – conselheiro Leonardo,
639 eu fiz uma busca rápida aqui e localizei o processo, foi votado no dia 26 de junho, Laticínio
640 Mania e a condicionante era justamente sobre a análise da viabilidade de se instalar algum
641 mecanismo a mais do que já havia sido proposto, e é no seguinte sentido, apresentar estudo
642 técnico e implantar conforme estudo proposto chuveiro de emergência sobre o sistema de
643 estocagem de amônia, então eu acho que essa variável, essa possibilidade já foi analisada pelo
644 empreendedor e se for o caso na LO se verifica isso, não sei se é momento agora da gente fazer
645 essa avaliação ou de repente determinar esse estudo, talvez seja o momento. Leonardo Castro
646 Maia, Ministério Público – esse chuveiro vai ser instalado depois de concluído a instalação do
647 empreendimento? Aí que vai ser analisado, se ele vai se instalar o chuveiro? Ou essa análise
648 deve ser feita agora? A pergunta é essa, se a SUPRAM falar, não, isso daí é uma coisa que tem
649 que ser cuidada agora, ou não, isso é depois, porque veja bem, aí é a LO, a operação, nós vamos
650 depois instalar se vamos instalar o chuveiro, tem, eu não sei, porque tem instalação imagino
651 hidráulica, uma série de coisas, então é, depois quando o empreendedor chegar e falar assim,
652 não, mas vocês não me exigiram isso, já estou todo pronto, já estou instalado, eu quero apenas
653 uma licença pra operar agora né, isso tinha que ser discutido na instalação, então é justamente
654 essa dúvida. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – acredito que agora
655 seja o momento, vamos perguntar ao representante do empreendedor, senhor Honório, se há
656 concordância sobre o estudo dessa viabilidade, que a condicionante nada mais é do que isso,
657 fazer um estudo e se a conclusão for pela implantação dos chuveiro, se implanta. Honório
658 Botelho, consultor da empresa – bom, tudo que o senhor levantou aqui, a questão do chuveiro,
659 essa coisa toda consta dos autos, então competi a SUPRAM né, pode colocar como uma
660 condicionante da licença de implantação, ou seja, é sabido que pra concessão da licença de
661 operação vai ter que se fazer uma vistoria se está tudo conforme. Leonardo Castro Maia,
662 Ministério Público – o senhor falou que isso consta dos autos. Honório Botelho, consultor da
663 empresa – sim, consta do plano, do plano. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – sim, já
664 consta esse chuveiro? Então haverá chuveiro? Honório Botelho, consultor da empresa – sim,
665 haverá, mas não somente chuveiro, válvulas e um punhado de outras coisas, sem dúvidas.
666 Leonardo Castro Maia, Ministério Público – ok, obrigado. Leonardo Sorbliny Schuchter,
667 Superintendente Zona da Mata – então não há necessidade de condicionar né, se já houve a
668 análise dessa, desse mecanismo, é porque na verdade tem uma condicionante genérica que é
669 implantar o projeto conforme proposto no PCA, então se foi essa opção do empreendedor, se isso
670 já foi avaliado, cumpre a ele atender o que ele mesmo propôs, ok, em votação então, vamos
671 encerrar a discussão, mais alguma questão conselheira? Ok, em votação item 7.1 Laticínios Bela
672 Vista Ltda, aqueles que são pela aprovação do parecer único da SUPRAM permaneçam como
673 estão, APROVADO. **Item 8.** Processo Administrativo para exame da Licença de Operação: 8.1
674 Farias Energia S.A. - CGH Farias - Barragens de geração de energia/hidrelétrica - Guanhães/MG
675 - PA/Nº 16095/2009/002/2012 - Classe 3. Apresentação: Supram LM. Destaque da UNIVALE,
676 conselheira Waleska. Waleska Bretas Armond Mendes, UNIVALE – em relação a essa CGH, eu
677 gostaria de saber as dimensões do reservatório de acumulação de água, que eu não consegui
678 localizar. Janaina, SUPRAM Leste – no terceiro parágrafo da introdução, a área de inundação é
679 pouco mais de 47 metros quadrados. No item 3. Waleska Bretas Armond Mendes, UNIVALE –
680 devido ao tamanho desse reservatório de acumulação não seria interessante ter, por causa das
681 nossas condições climáticas, de toda a modificação que a gente tem em termos de clima o
682 monitoramento de siano-bacterias nesse reservatório? Janaina, SUPRAM Leste – o tamanho do
683 reservatório é bem pequeno, então não foi. Waleska Bretas Armond Mendes, UNIVALE – é que
684 a gente tem problema de inversão térmica, que nós temos problema de matéria orgânica.



685 Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – temos dois representantes do
686 empreendedor aqui, os senhores gostariam de manifestar? Senhor Frederico e Bruno. Bruno,
687 Farias Energia – eu vou só passar pros conselheiros do reservatório da CGH é realmente bem
688 menor que essa sala, só pro pessoal ter noção aqui das dimensões. Leonardo Sorbliny Schuchter,
689 Superintendente Zona da Mata – mas com relação a solicitação da conselheira, por favor, com
690 relação a solicitação da conselheira há alguma necessidade desse monitoramento? Janaina,
691 SUPRAM Leste – pelo tamanho do reservatório né, por ser muito pequeno a equipe da
692 SUPRAM entende que não. Waleska Bretas Armond Mendes, UNIVALE - é porque agora que
693 eu percebi o tamanho real dele, também acho que não há necessidade. Bruno, Farias Energia – eu
694 só gostaria de acrescentar que reservatório de tamanho não tem a mudança do regime de
695 escoamento de lótico pra lântico, então é como se fosse em um rio normal tivesse uma
696 cachoeirinha, um pouquinho de água parada depois continua a cachoeira, então realmente não
697 tem essa necessidade. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – ok,
698 obrigado, vencida a questão conselheira? Mais alguma questão? Algum esclarecimento? Não
699 havendo eu coloco em votação, pois não. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – na folha 3,
700 eu acabo de ver aqui que ficou uma frase assim, o empreendedor não obteve resposta do
701 empreendedor até a presente data, com relação a compensação, a ta, o empreendedor não obteve
702 do órgão ambiental, perfeito. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – ok
703 senhores, então em votação o 8.1 Farias Energia S. A. – CGH Farias, aqueles que são pela
704 aprovação do parecer único da SUPRAM permaneçam como estão, APROVADO. **Item 9.**
705 Processos Administrativos para exame de Revalidação da Licença de Operação: 9.1 Vale S.A. -
706 Lavra a céu aberto com beneficiamento via úmida / minério de ferro - exploração - Itabira/MG -
707 PA/Nº 00119/1986/075/2004 - DNPM 930.641/1989 - Classe 6. Apresentação: Supram LM.
708 Destaque da SUPRAM. Daniel, SUPRAM Leste – na página 68, no programa de monitoramento
709 da qualidade do ar, só uma mudança aí na frequência de análise, ao invés de mensal, ela é diária,
710 e na página 69 no programa de monitoramento de ruídos, também na frequência de análises ao
711 invés de semestral ela é mensal. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata –
712 ok, obrigado, temos alguns inscritos aqui, querem se manifestar sobre o processo? Senhor
713 Arnaldo, Cristiane, é, só os dois, querem se manifestar? Pois não, se identifique, por favor.
714 Arnaldo, Prefeitura de Itabira e Conselho Municipal de Meio Ambiente, CODEMA – na verdade
715 eu vim trazer uma informação, é, aproximadamente há dois anos, a Vale entrou com processo de
716 revalidação de licença ambiental, solicitado então do município anuência do conselho gestor e
717 declaração de conformidade nas leis municipais, nós então deliberamos então tanto a anuência
718 do conselho de gestor quanto a declaração municipal, mas nós ressaltamos que algumas das
719 condicionantes no total de *(falhas na gravação)* eu vou citar a questão da condicionante 1 que
720 fala do aterro sanitário, que inclusive já está quase pronto, entretanto a central de resíduos ainda
721 precisa ser discutido, a condicionante 12 que trata da questão do abastecimento público do
722 município, também grande parte da condicionante está selecionada, mas nós entendemos que a
723 questão do abastecimento público, definitivo ainda não foi resolvido no município de Itabira, faz
724 parte da condicionante, a condicionante 34 que diz respeito a implantação de infra-estrutura nas
725 áreas protegidas do município foi implantada a infra-estrutura em uma das unidades protegidas,
726 faltando então a apresentação dos projetos conceituais e a implantação do projeto executivo
727 propriamente dito nas outras unidades de conservação, e a condicionante 37 que diz respeito a
728 aquisição de áreas para compensação ambiental, essas áreas ainda não nos foram apresentadas,
729 sabemos que elas vem sendo adquiridas, mas nós não temos a informação formal do
730 cumprimento desta condicionante, era o que eu tinha a dizer no momento, ou seja, as
731 condicionantes, grande parte delas no nosso entendimento estão parcialmente cumpridas, e
732 condicionante parcialmente cumprida não é condicionante descumprida, obrigado. Leonardo
733 Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – ok, representante da empresa, por favor.



734 Cristiane, VALE – boa tarde a todos, eu queria esclarecer por condicionante como foi
735 questionado ta, no caso da condicionante 1, inclusive a SUPRAM considerou que ela foi
736 parcialmente cumprida porque na verdade (*falhas na gravação*) um cronograma da implantação
737 do projeto, então apesar dele não ter sido protocolado pra cumprimento dessa condicionante já é
738 a segunda vez que a VALE disponibiliza verba pra implantação do aterro sanitário, então a
739 primeira vez foi aproximadamente em 2006 que existiu inclusive uma LI e existiu a implantação
740 do aterro sanitário, apesar de não ter sido protocolado, a gente entende que o objetivo da
741 condicionante foi atendido a partir do momento que houve a implantação, então não houve só
742 implantação do projeto, nós contribuímos pra implantação então desse aterro sanitário que no
743 momento da operação ele não foi adequadamente operado e atualmente é objeto de uma LIC,
744 então qualquer projeto para ser implantado necessita de ter o mínimo cronograma desse projeto,
745 então ele existe e o objetivo foi atendido, em relação então à central de resíduos o quê que
746 acontece, esse estudo foi protocolado na FEAM, foi definido a viabilidade, inclusive com a
747 participação da prefeitura de Itabira e ficou aguardando então a parte da prefeitura, então por
748 parte da VALE a condicionante está cumprida, por isso que ficou parcial, ta certo? Em relação a
749 condicionante 12, quando da condicionante 12 que foi definida em 2000, nós estamos hoje em
750 2012, na época da definição dessa condicionante ela foi cumprida, ela foi plenamente cumprida,
751 agora, nós estamos em 2012, dentro do município que cresceu muito e tem mais habitantes,
752 agora, o quê que acontece, se existe uma questão que a prefeitura está tendo problemas pra
753 resolver o abastecimento de água pode existir uma questão de uma ação de relacionamento com
754 a empresa, mas isso não compete a uma condicionante e foram cumpridas. Qual que é a
755 próxima? Sim, a condicionante 34 da mesma forma tinha um convênio com a prefeitura, a VALE
756 cumpriu a sua parte e aguardamos o cumprimento por parte da prefeitura, esse tipo de
757 condicionante que vincula a empresa a um outro órgão torna-se muito complicado porque a
758 demanda de uma outra parte o cumprimento pra que seja plenamente cumprido, então a nossa
759 parte está cumprida. Arnaldo, Prefeitura de Itabira e Conselho Municipal de Meio Ambiente,
760 CODEMA – a condicionante de número 34 ela se referia a elaboração do plano municipal de
761 áreas protegidas, foi elaborado o plano municipal de áreas protegidas, as ações elencadas nele a
762 serem executadas é que não foram atendidas, ou seja, parque natural municipal do Intelecto foi
763 feito projeto executivo e foi implantado, o parque natural do ribeirão São José foi feito o projeto
764 conceitual, o projeto executivo foi contratado pela prefeitura contratou a Universidade Federal de
765 Viçosa pra fazer o executivo, nós o encaminhamos a VALE a um ano e a até hoje não tivemos
766 resposta, então projeto executivo do parque ribeirão São José não foi implantado até hoje, assim
767 como outras unidades ainda que não foi feito nem o projeto executivo. Leonardo Sorbliny
768 Schuchter, Superintendente Zona da Mata – a empresa pode concluir, por favor. Cristiane,
769 VALE – quanto a mesma condicionante, houve um caso da gente estar esperando que houvesse
770 uma desapropriação por parte da prefeitura de Itabira, e assim ficamos aguardando, então a partir
771 do momento que existe essa disponibilidade da área foi feito o que nos foi possibilitado a fazer, a
772 verdade em relação a unidade de conservação a gente não tem muito o que discutir porque a
773 própria SUPRAM muito sabiamente colocou pra protocolar na gerência de compensação
774 ambiental do IEF, a solicitação de processo de cumprimento da compensação ambiental com
775 base na lei 9.985/2000 e decreto atual 45.175/2009, e decreto estadual 45.629/2011, então o quê
776 que acontece, se o estado por ventura ver que ficou em débito a compensação ambiental ela será
777 devidamente cobrada com base nessa condicionante muito acertadamente colocada. Leonardo
778 Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – senhor Arnaldo, só um minuto, por favor,
779 vamos ouvir a SUPRAM com relação aos fatos trazidos aqui, muito embora essa avaliação já
780 conste no parecer, há necessidade de revigorar alguma condicionante? Porque pelo que eu
781 entendi essas condicionantes dependiam de uma ação da prefeitura também pra se completarem,
782 não é isso? Daniel, SUPRAM Leste – o que eu quero colocar pra vocês é o seguinte, o parecer,



783 na verdade esse processo ele é muito antigo, a equipe da SUPRAM fez análise baseado nos autos
784 dos processos, são diversas pastas, no nosso modo de entender não há o que se mexer nas
785 condicionantes, baseamos no que foi apresentado pra gente, agora, se acorram acordo entre as
786 partes durante esse tempo todo, não cabe a nós entrar em detalhes, agora, o que está no processo,
787 a gente conseguiu analisar a gente não tem o que alterar nas condicionantes mencionadas aqui.
788 Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – ok, conselheiro Wilson. Wilson
789 Starling, SEDE – eu tenho uma coisa que está me surpreendendo aqui, até é uma questão que nós
790 estamos votando ainda, ou que já votamos até, parece que não houve destaque, da prefeitura
791 municipal de Itabira, ainda vamos votar agora pra frente exatamente porque ele pediu a
792 prorrogação e o parecer da SUPRAM é pelo indeferimento da prorrogação, então essa é uma
793 questão que a gente tem que analisar nesse ponto de vista, porque se uma das condicionantes que
794 relatou aí sobre questão de tratamento de resíduos sólidos, está aqui na frente aqui o parecer
795 contrário a prorrogação de prazo para a prefeitura de Itabira, quer dizer, obrigando eles a fazer
796 até 31/12, muito obrigado. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata –
797 conselheiros, alguma questão a mais? Senhor Arnaldo, vou passar a palavra para o senhor, o
798 senhor conclua, por favor, em um minuto. Arnaldo, Prefeitura de Itabira e Conselho Municipal
799 de Meio Ambiente, CODEMA – caso do parque ribeirão São José, o terreno foi inclusive já
800 adquirido pela VALE do rio Doce a mais ou menos um anos atrás, então dependiam mesmo só
801 da aprovação do projeto executivo e a implantação. Leonardo Sorbliny Schuchter,
802 Superintendente Zona da Mata – é essa a solicitação que o senhor faz senhor Arnaldo? É essa
803 solicitação que o senhor faz? Diante da condicionante? Arnaldo, Prefeitura de Itabira e Conselho
804 Municipal de Meio Ambiente, CODEMA – solicitação que eu faço é que todas as condicionantes
805 sejam realmente analisadas e atendidas devidamente como foi exigida pelo estado em 18 de maio
806 de 1998, em 2000, 18 de maio de 2000. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da
807 Mata – ok, empreendedor. Pelo que eu entendi o empreendedor já se considera cumprida as
808 condicionantes, ou seja, ele já adimpliu com as suas obrigações e eventualmente faltou um
809 retorno da prefeitura, ou enfim, alguma ação da prefeitura ao longo desses anos, não estamos
810 falando de nenhuma gestão ao longo desses anos, o que realmente dificulta qualquer medida no
811 sentido de revigorar as condicionantes já que a própria equipe entende também que elas foram
812 cumpridas, conselheiro Leonardo. Leonardo Castro Maia, Ministério Público – senhor
813 presidente, o Ministério Público vai pedir vista dos autos. Wilson Starling, SEDE – também vista
814 em razão disso e também até pra dar, analisar com mais. Denise Bernardes Couto, FIEMG – a
815 FIEMG também pede vista dos autos. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da
816 Mata – ok, VISTAS CONCEDIDAS à Procuradoria Geral de Justiça, FIEMG e SEDE. De fato é
817 necessário avaliar com mais cautela né. **Item 10.** Processo Administrativo para exame de
818 Prorrogação de Prazo para Atendimento de Condicionante da Licença de Instalação Corretiva:
819 10.1 Prefeitura Municipal de Itabira - Aterro sanitário e unidade de compostagem de Itabira -
820 Tratamento e/ou disposição final de resíduos sólidos urbanos; canais para drenagem - Itabira/MG
821 - PA/Nº 00230/1993/019/2010 - Classe 3. Apresentação: Supram LM. Não tivemos nenhum
822 destaque dos senhores conselheiros, porém temos um pedido aqui, um inscrito e vamos
823 oportunizar manifestação, senhora Flávia e o senhor Arnaldo. Flávia, prefeitura de Itabira – boa
824 tarde, eu gostaria de solicitar a prorrogação do prazo até outubro de 2013 tendo em vista tão
825 oneroso que é a investigação, a gente fez orçamento está gerando entorno de 500 mil reais, isso
826 pra uma prefeitura é um processo muito caro (*falhas na gravação*) orçamento fecha em torno de
827 julho e a condicionante foi imposta em outubro e a gente está em fase de licitação da
828 condicionante, investigação detalhada juntamente com a operação do aterro, o nosso aterro será
829 terceirizado e a previsão de publicação é agora em outubro de 2012 já o edital, então a gente
830 solicita um prazo até outubro de 2013 tendo em vista que são aproximadamente de quatro a
831 cinco meses pra execução da condicionante. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente



832 Zona da Mata – muito bem, o pedido já foi analisado pela SUPRAM no parecer e tem um apelo
833 da prefeitura aqui, nós estamos com essa situação e cabe aos senhores discutirem a matéria.
834 Wilson Starling, SEDE – até a questão além do que a representante da prefeitura disse aqui,
835 questão também que tem que analisar que está no processo de mudança, com o processo eleitoral
836 vai mudar o administrador, então quer dizer, mesmo que fosse aqui colocado até dezembro,
837 mesmo que não se consegue até dezembro, que tem essa questão do processo eleitoral que está
838 em pleno andamento, já está no fim dele já, achava até interessante se houvesse possibilidade, se
839 fosse do consenso dos conselheiros a gente conceder um ano de prazo pra constar o cumprimento
840 e vai haver a licitação de haver com compromisso ainda esse ano, caso contrário nós estamos
841 passando a obrigação pra outra administração. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente
842 Zona da Mata – lembrando que a condicionante já foi votada há algum tempo atrás né,
843 SUPRAM. Juliana, SUPRAM Leste – bom, essa condicionante ela foi sugerida durante a
844 votação da LIC do aterro pela gerência de áreas contaminadas na FEAM, quando eles fizeram
845 durante a análise da LIC o empreendedor apresentou uma campanha de investigação onde foi
846 confirmado que a área está contaminada, nós encaminhamos essa documentação pra FEAM, eles
847 elaboraram esse relatório técnico e sugerindo a colocação dessa condicionante, então o prazo foi
848 até estabelecido pela própria FEAM, a gente conceder, prorrogar esse prazo até outubro
849 acredito que a FEAM, a gerência de áreas contaminadas seria melhor consultar pra ver se
850 realmente esse prazo pra eles satisfaz, porque na verdade quem sugeriu essa condicionante foi o
851 pessoal da gerência de áreas contaminadas. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona
852 da Mata – vocês fizeram essa consulta à FEAM antes de fazer o parecer? Juliana, SUPRAM
853 Leste – sim, fizemos essa consulta a eles. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona
854 da Mata – eles foram contrários. Juliana, SUPRAM Leste – e eu expliquei que o empreendedor
855 estava solicitando que as condicionantes fossem transferidas pra LO e ficasse durante a vigência
856 da LO e no caso eu informei que daria o prazo até 31 de dezembro desse ano, de 2012 porque é.
857 Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – Juliana, o pedido da prefeitura
858 agora é outro, é na vigência da LO, seria até outubro de 2013, não é isso? Então é diferente do
859 pedido inicial protocolado. Juliana, SUPRAM Leste – a equipe técnica vai permanecer com esse
860 prazo até 31 de dezembro de 2012, aí cabe agora os conselheiros prorrogar mais ou não.
861 Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata - vamos ouvir a FEAM, acho que é
862 mais prudente, pode ser? Com baixa diligência? A FEAM, a proposta houve um pedido posterior
863 *(falhas na gravação)* uma data definida e agora está havendo uma nova proposta da prefeitura
864 pra definir uma data né, eu acho que. Wesley, SUPRAM Leste – a Juliana estava comentando,
865 porque quando foi analisar o relatório da investigação ambiental preliminar, em comentário com
866 a FEAM, ao entrar em contato ela informou do prazo que seria mantido e a FEAM não se
867 manifestou no sentido de alterar o prazo, uma vez até o seguinte, cabe aqui a gente ressaltar que
868 quem tem competência legal pra gerenciar áreas contaminadas conforme a nossa legislação hoje,
869 vigente é a FEAM, então em contato com a FEAM, a FEAM não se manifestou de forma
870 contrária foi mantido o prazo dessa forma, no entanto a gente entende até que seria pertinente
871 que o empreendedor comparecesse até a FEAM nesse caso e explicasse também a situação e
872 relatar seus fatos, porque não adianta solicitar a SUPRAM uma vez que nós não temos ali a
873 competência técnica de gerenciamento de áreas contaminadas, nós temos outros processos de
874 áreas contaminadas na nossa regional onde o empreendedor faz as tratativas diretamente com a
875 FEAM, nós temos até deliberação normativa CRH COPAM número 02 que estabelece esse
876 procedimento, antigamente era seguido de forma discricionária o manual de CETESB, esse
877 manual foi aprimorado e virou a deliberação normativa COPAM CRH 02, então seria
878 interessante até que o empreendedor fosse procurar a FEAM e trouxesse uma manifestação
879 formal de entendimento com a equipe técnica de lá. Leonardo Sorbliny Schuchter,
880 Superintendente Zona da Mata – em discussão. Leonardo Castro Maia, Ministério Público –



881 então nós remeteríamos à FEAM pra que ela se manifestasse sobre a proposta já de outubro de
882 2013, isso, não mais sobre o pedido anterior, a minha pergunta, eu agora talvez ela fique até
883 prejudicado, aí eu perguntaria inicialmente se dezembro tecnicamente seria um prazo hábil né,
884 pra você solucionar essa questão, ou seja, dezembro seria um prazo tecnicamente viável, ou
885 seria alguma coisa inviável independentemente da análise da FEAM, mas eu acho agora melhor
886 ouvir de fato a FEAM. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – por conta
887 dessa gestão, agora, tem uma questão técnica, e uma questão orçamentária, a prefeitura tem uma
888 necessidade de incluir isso na lei orçamentária anual, ou seja, não sei como que é o
889 procedimento, ou qualquer dificuldade. Flávia, prefeitura de Itabira – o problema que a gente
890 tem com relação ao prazo de dezembro é que em dezembro a gente não tem nem a garantia de ter
891 uma empresa licitada, a licitação no poder público demora três meses pra sair, então com três
892 meses se a gente contar a publicação do edital início de outubro, a gente vai ter um vencedor no
893 final de dezembro, então como que com quatro meses a gente vai fazer a investigação ainda?
894 Denise Bernardes Couto, FIEMG – Dr. Leonardo, só pra talvez esclarecer que a DN COPAM
895 CRH 02 no caso, que é o programa estadual de gestão de áreas contaminadas, eu participei muito
896 da discussão dessa norma, então justamente vendo essa questão aqui da condicionante, eu estou
897 vendo falando justamente sobre investigação ambiental, delimitação da pluma de contaminação e
898 avaliação, eu falo pelo que foi discutido, além de como nós estamos falando de município, poder
899 público tem toda essa questão de licitação e etc, o prazo até 31 de dezembro não é hábil pra fazer
900 isso, justamente porque, pra poder contratar empresa e fazer avaliação e fazer investigação, isso
901 demora, há caso em que demora, não estou falando que seja esse caso, mas há casos de áreas
902 contaminadas que pra você fazer uma investigação, demora de seis meses a um ano (*falhas na*
903 *gravação*) que foi feita quando a gente criou o programa, a gente discutiu isso muito junto com a
904 FEAM, esse prazo pelo que eu estou vendo não é hábil, de verdade, ok. Leonardo Castro Maia,
905 Ministério Público – do município já houve a previsão para o próximo exercício de recursos pra
906 fazer, eu tinha entendido até que já tinha começado a fazer a investigação, não né? Mas há
907 previsão de recursos pro próximo exercício? Flávia, prefeitura de Itabira – existe sim, a gente já
908 está fazendo a licitação contratando a operação do aterro juntamente com a investigação
909 detalhada, isso já está previsto orçamentariamente pro ano que vem, pra execução no ano que
910 vem. Wilson Starling, SEDE – bem, é bom esclarecer, mesmo porque se houver licitação é agora
911 esse ano o recurso tem que passar em caixa agora no final do mandato em razão da lei de
912 responsabilidade fiscal né, o decreto 101 tem que passar, se houver a licitação esse ano, e a
913 ordem de serviço esse ano, o recurso para essas despesas terão que passar em caixa, senão vai
914 deixar dívida, então de qualquer maneira eu acredito que esse um ano que se tem dotação
915 orçamentária específica pra isso, para o próximo exercício no orçamento municipal fica, eu
916 acredito que fica garantida a execução. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da
917 Mata – ok, então vou baixar em diligência, vamos encerrar a discussão, BAIXADO EM
918 DILIGÊNCIA o item 10.1 Prefeitura Municipal de Itabira para que a FEAM se manifeste sobre a
919 proposta feita pela prefeitura municipal no sentido de fixar o prazo em outubro de 2013, então a
920 proposta nova que surgiu aqui no momento da reunião, ok. **Item 12**, assuntos gerais, eu vou
921 iniciar os assuntos gerais, conselheiro José Ângelo não está conosco aqui à mesa, mas
922 aproveitando a presença do senhor e também dos demais conselheiros esclarecer que eu
923 conversei pessoalmente com o diretor técnico e com o superintendente da SUPRAM Central
924 sobre os esclarecimentos solicitados com relação a Anglogold que nós ficamos devendo e
925 SUPRAM Central concluiu ou está concluindo a análises de alguns processos que serão pautados
926 na próxima reunião aqui da URC Leste e pra otimizar a vinda dos nossos colegas da SUPRAM
927 Central até Belo Horizonte nós vamos deixar pra trazer esses esclarecimentos solicitados na
928 próxima reunião tendo em vista que há um custo de deslocamento de área, etc, e as equipes estão
929 extremamente assoberbadas, então nós vamos aproveitar a equipe, a vinda da equipe na reunião



930 seguinte, do mês que vem, mês de outubro para trazer os esclarecimentos solicitados e que o
931 senhor muito bem lembrou na reunião passada do dia 10, ok. Está aberta a palavra para os
932 assuntos gerais. Temos alguns inscritos aqui que solicitaram a manifestação, não há vinculação
933 com qualquer processo da pauta, mas nós vamos abrir a possibilidade para manifestação, se
934 presente, por favor. Miceline, consórcio UHE Baguari – eu queria só fazer um convite, no dia
935 10 de outubro a CEMIG juntamente com o consórcio ira realizar o evento proximidade, que é um
936 projeto de integração entre a usina e a comunidade onde a gente vai falar sobre a, palestras sobre
937 a defesa civil também vai estar presente, falando sobre projetos de prevenção de cheias, (*falhas*
938 *na gravação*) operação de reservatório, segurança de barragens de seguranças ambientais, vai ser
939 no dia 10 no Spetos, a partir das 09 horas e no período da tarde após o almoço a gente seguirá
940 pra usina pra uma visita técnica, então as pessoas interessadas eu posso estar encaminhando pra
941 vocês por e-mail o convite né, e vocês confirmem presença através do e-mail mesmo, ok,
942 obrigada. Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Zona da Mata – ok, mais algum assunto
943 senhores? Maria Helena, vou pedir pra você como secretária executiva pra fazer essa
944 interlocução aí com os conselheiros casa haja interesse em participar desse evento, fica mais fácil
945 a própria SUPRAM fazer esse encaminhamento, muito bem, não havendo mais nenhum assunto
946 eu encerro a reunião agradecendo a presença de todos, muito obrigado, tivemos uma reunião
947 bastante produtiva, até a próxima se Deus quiser, um abraço a todos.